

S E P A R A T A

1994

3

cadernos

B  
A  
D



associação portuguesa  
de bibliotecários arquivistas e documentalistas

---

## Bibliotecas Públicas o Livro para Entender o Mundo

MANUELA BARRETO NUNES

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão

*Para o Henrique, a Maria João, a Isabel*

**D** ESENVOLVIMENTO, democracia, comunicação, informação, autoformação são alguns dos conceitos que mais frequentemente se associam às Bibliotecas Públicas e ao papel que lhes está reservado no seio da sociedade.

O que faz as bibliotecas em primeiro lugar, o que é que lhes dá o nome, o que descobrimos do seu conteúdo se devagarinho levantarmos a tampa e espreitarmos o interior? São os livros. E o que contêm, por sua vez, os livros, que mistérios encobrem, aguardando ansiosos que eu, você, nós todos os desvendemos? Os livros contêm em si o mundo todo, a chave da nossa libertação e da nossa transformação.

E a biblioteca, a caixa mágica que guarda os livros é a primeira etapa a transpor na aventura de conhecer, aprofundar e ser feliz e inteiro.

Por isso ela continua a ser múltipla e diversa, reflexo daquilo que somos e do que não somos, abertura para o mundo e janela do nosso interior.

Quer seja africana ou asiática, europeia ou da América do Norte, a biblioteca tem sempre essa função assustadora de proa dos descobrimentos, passe a expansão das nossas almas ainda pelos primeiros contactos com a escrita e com o saber impresso, ou pela ocupação de manter alimentada a chama das necessidades acrescidas da sociedade de consumo, onde a vertigem da informação dificilmente se satisfaz.

Por enormes que sejam as assimetrias entre países desenvolvidos, terceiro-mundo e ainda aqueles que estão no meio, por diferentes que sejam os meios e as tecnologias, variem as taxas de analfabetismo e os níveis de educação, os problemas da relação com a escrita e a premência da sua comunicação mantêm-se com variações que passam pelas condições socioeconómicas e políticas de cada região, mas não pela urgência de alimentar a qualidade de vida de cada um, levando-o a assumir o seu inteiro direito a participar activamente na evolução da sociedade e ser ele próprio produtor consciente de cultura.

Se esmiuçarmos os problemas com que se debatem as Bibliotecas Públicas em países tão diferentes como o Zimbabwe e o Brasil, a Dinamarca e a França ou Portugal e a Argentina vemos que a luta de que se ocupam os bibliotecários, a angústia que lhes enche a profissão é essa noção muito profunda da necessidade de criar hábitos de leitura para que as sociedades evoluam conscientemente e aprofundem o sentido da democracia, esse sentimento agudo de que, por mais inovações tecnológicas que a todos venham facilitar a vida, a diversidade das opiniões e das ideias, a riqueza do conhecimento e da criatividade humanas estão contidas nos milhões de resmas de papel encadernadas, na babel impressa e transmutadora que são os livros.

E por mais democracia que esteja inscrita nas Constituições ou por mais elevados que se apresentem os Produtos Internos Brutos, não há democracia sem consciência, nem produtividade real que resista ao peso da ignorância — ler, saber ler, gostar de ler, esse é o primeiro passo para a vivência da democracia e para o progresso da sociedade. Só por isso devem as Bibliotecas Públicas, organismos difusores da palavra escrita em todas as suas vertentes (agora também, embora em menor escala, da música e dessa versão menor do cinema que é o video), ser consideradas como equipamentos básicos a promover em cada país, numa teia que se estreita até cobrir todas as localidades, por mais pequenas, distantes e esquecidas.

De facto, a biblioteca tem que ser essa hidra de muitas cabeças que ataca em todas as frentes e se renova a cada derrota.

Onde o analfabetismo domina, ela tem que se aliar às escolas e desvendar os mistérios da escrita, antes de ajudar a descobrir as delícias da leitura e a eficácia do seu conhecimento.

Onde a ignorância impera, ela tem que se envolver em todas as campanhas de informação e acampar na frente de combate com as mensagens mais eficazes que é capaz de passar.

Onde o iletrismo conquista espaço, ela tem que revalorizar o livro e o conhecimento escrito, abrindo os braços aos esquecidos da sociedade.

Onde a diversidade cultural se expande, ela tem que mostrar que a diferença é a sua razão de ser e que no seu coração todos se podem encontrar. Onde os progressos tecnológicos marcam o ritmo da sociedade e a concorrência exige dos cidadãos uma actualização constante de conhecimentos, ela tem que utilizar as ferramentas mais avançadas, acompanhando a linha da frente das novidades da informação.

E quando, como cada vez mais acontece nos países desenvolvidos, as necessidades de informação prática e de conhecimento tecnológico correm o risco de deixar votada ao desdém a literatura, e a leitura utilitária tende a substituir-se à de prazer e reflexão, a biblioteca tem que estar lá, atenta, e renovar esforços para que essas suas qualidades máximas de *féerie* e criatividade sejam redescobertas, e o conhecimento técnico enriquecido pela capacidade crítica, flexibilizado pela noção do lúdico.

Hoje em dia, nas sociedades ditas ocidentais, quando, na acumulação de funções, o bibliotecário se vê obrigado a ser fundamentalmente um gestor, a Biblioteca Pública corre o risco de se deixar dominar pelo economicismo reinante e esquecer a sua vocação intrínseca de agente da democracia, promotora de cultura e conhecimento.

Não que os instrumentos do *marketing* e as técnicas mais avançadas da gestão não devam ser postos ao serviço das bibliotecas, mas que se tenha consciência que esses são meios e não fins e que os lucros possíveis de obter nessas circunstâncias têm a ver com valores humanos não mensuráveis economicamente, mas sem os quais o progresso da humanidade não se pode realizar — ou não são os países mais desenvolvidos e com menos assimetrias sociais aqueles de onde o analfabetismo foi erradicado praticamente desde o início do século — vejam-se os países nórdicos — e onde os índices de leitura são os mais elevados do mundo, contando com redes bem estruturadas de bibliotecas e uma frequência destas bastante acima dos 50 por cento do total da população?

Quais são as condições para que se possa considerar a existência de uma «rede bem estruturada de bibliotecas»? Os princípios expressos no Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública e seguidos com bastante rigor na concepção de Rede Nacional de Leitura Pública são claros a esse respeito. A coerência da Rede não se limita à preconização da existência de um conjunto de bibliotecas com as mesmas características básicas disseminadas pelo território nacional. É preciso que sejam cumpridos alguns critérios fundamentais, tais como a existência de um número razoável, proporcional à população, de fundos documentais, que esses fundos exprimam, na sua diversidade de estilos e opiniões, o «tesouro dos pensamentos e das ideias humanas e as criações da imaginação do homem»<sup>1</sup>, que tenham caracterís-

ticas enciclopédicas, isto é, que abarquem a totalidade do conhecimento humano, que estejam, na sua maioria e salvo exceções justificáveis por características patrimoniais e de conservação ou desactualização, disponíveis em livre acesso, abertos «a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução»<sup>2</sup>, que seja promovido o empréstimo domiciliário e que o livro vá ter com o leitor quando este estiver distraído, ou quando as suas condições físicas, psicológicas ou sociais não lhe permitam ir ele próprio procurá-lo.

É, por outro lado, fundamental que a organização do espaço e a disposição do mobiliário permitam a livre, fácil e fluída circulação dos utilizadores, contribuindo já de si para a criação de um sentimento de pertença e de integração e que, à semelhança de uma parte dos fundos, a integrar numa secção de documentação local, o espaço tenha uma relação no mínimo insinuada com a cultura local.

Como dizia Jean Gattegno<sup>3</sup>, nunca será de mais a insistência no não rotundo a qualquer espécie de censura, a teimosia na defesa da biblioteca como o espaço por excelência da liberdade, na convicção de que esse é o valor do livro e a garantia da existência da biblioteca, a assunção para muitos perigosa do livro como objecto subversivo, transformador, consolador, fonte de prazer e de crescimento individual.

Tudo isto tem algumas consequências que muitas vezes assustam os bibliotecários, senhores de casas nunca arrumadas onde todos entram e se podem rever no espelho de si e do mundo<sup>4</sup>, onde o tradicional silêncio é tantas vezes impossível de respeitar e onde, e isto para muitos é difícil de conceber, é possível encontrar tanto livros que transmitem ideologias, religiões, estilos que nos desagradam, como outros de fraquíssima qualidade em descomplexada convivência com as grandes obras da literatura universal.

Mas se todos têm o seu lugar na biblioteca, não caberão lá também os mais frágeis, aqueles que encontrando refúgio na leitura de, por exemplo, romances cor-de-rosa ou *cowboyadas*, amando a leitura como escape e evasão mas desconhecendo ou temendo a literatura dita séria, poderão ser para ela atraídos a partir das sedutoras relações de vizinhança que as estantes proporcionam?

Isto leva-nos a um ponto que considero essencial quando hoje falamos de Bibliotecas Públicas, sobretudo das nossas novíssimas bibliotecas, condicionadas como estão pela atracção exercida pelos países mais desenvolvidos e pela necessidade de queimar etapas, acompanhando a evolução tecnológica europeia, as necessidades crescentes e urgentes de disponibili-

zar informação e proporcionar a autoformação contínua e a situação real de um país onde os índices de analfabetismo real e funcional são ainda alarmantes, as bibliotecas escolares não existem e tudo está por fazer na criação de uma relação natural e descomplexada com a leitura enquanto sedução, transformação, criação — com a literatura.

Que a biblioteca ajude os cidadãos a lidarem eficazmente com a sociedade competitiva, mas que ela seja um oásis no mundo selvagem da concorrência.

Que nela cada um possa encontrar o seu lugar exclusivo da utopia, qualquer que seja a sua utopia.

Se não nos podemos alhear da obrigação de estender o direito à informação a pessoas que vivem em constante mudança, numa sociedade de concorrentes em que a necessidade de aprendizagem é permanente e ultrapassa em muito o limite temporal da escolaridade, devemos temer pela tendência humana e natural de olharmos só para um lado e evitar a todo o custo a tecnocratização das bibliotecas e a instrumentalização da leitura.

A Biblioteca Pública deve continuar a servir e a promover a leitura de lazer, o prazer da invenção, da imaginação, da reflexão que nos transmitem a ficção, a poesia, o teatro, o ensaio, tudo aquilo que artistas e criadores escrevem e tem como utilidade pura o enriquecimento interior, a distração e a ginástica do espírito.

O maior perigo que hoje, no mundo ocidental, ameaça as bibliotecas é a tentação de assegurar uma sobrevivência cada vez mais difícil alinhando precisamente pela cartilha do economicismo. A Biblioteca Pública não se pode resignar às crescentes restrições orçamentais na área da cultura e muito menos deve procurar superá-las auto-transformando-se num produtor de serviços com retorno mensurável, pois perderá aí as suas mais nobres características de serviço público e de equipamento básico para a promoção da qualidade de vida das populações. Não que não se utilize dos recursos da sociedade de consumo, mas que não esqueça que a cultura é pertença colectiva e não entra no mercado bolsista.

A luta pelo desenvolvimento harmonioso do homem, pela participação activa na vida da sociedade não se faz apenas contra o analfabetismo e o iletrismo, mas também contra a tendência de ler só aquilo que nos diz respeito — podemos chamar-lhe o iletrismo da sociedade tecnológica.

As campanhas que por essa Europa fora se vão fazendo sobre o «direito a saber» deviam ser acompanhadas por campanhas pelo direito a ler: aquilo que para muitos é considerado uma obrigação penosa, associada a elites distantes, aborrecidas e inalcançáveis (como dizia recentemente Elena Zapata<sup>5</sup>, «they are excluded because they can not read and they can not

read because they are excluded»), seria afirmado como um direito e assim divulgado massivamente, transformando a carga negativa em positiva.

É isso que procuram fazer as bibliotecas atentas, mas na escala pequena dos Concelhos em que se acolhem, com os meios reduzidos que após o aparato das inaugurações lhes são conferidos por poderes que não acreditam verdadeiramente na necessidade básica da leitura.

Ao contrário da Escola, cujos programas continuam a preconizar o ensino da literatura a partir dos tempos mais recuados, isto é, daqueles que são mais difíceis de apreciar pelos não leitores, a biblioteca tem a liberdade de utilizar os seus recursos para promover a literatura contemporânea, e o seu carácter local permite-lhe conhecer os gostos e o meio que rodeia os seus utilizadores, aproximando os fundos bibliográficos de que dispõe das suas necessidades, mesmo que não expressas.

A Biblioteca Pública tem as competências necessárias para proporcionar à comunidade o acesso àquilo que é adequado à sua capacidade de compreensão, aos seus interesses, ao seu modo de vida, de forma a tornar possível ultrapassar o simples e, em si, já inócuo estádio da alfabetização. Não basta saber descodificar símbolos e formar sentidos para que o indivíduo se transforme num actor da transformação e do progresso da sociedade. É essencial que ele sinta necessidade de desenvolver as suas capacidades de interpretação, de crítica e avaliação de conceitos e ideias: «[...] literacy is also essential in helping citizens to understand, analyze and reflect on their personal and social situation, and to become active participants in promoting changes»<sup>6</sup>.

Não é sem razão que o novo conceito de desenvolvimento integra a noção de criatividade.

É por isso, cada vez mais, obrigação da Biblioteca Pública assumir-se como um lugar não apenas onde se tem acesso à informação, mas como o espaço onde se afirma o direito ao tempo livre, à viagem, à criatividade, ao prazer individual que integrando e apaziguando a relação de cada um com a comunidade contribui para o seu progresso.

Não pretendendo transformar a Biblioteca num centro demasiado alargado de actividades dispersas, penso que a sua heterogeneidade deve ser aproveitada e assumidas as suas funções como centro giratório de onde partem e para onde confluem as mais diversas iniciativas culturais da comunidade, através da colaboração estreita com outros organismos e instituições nela implantados e atendendo sempre às suas necessidades específicas e à abertura de perspectivas para o mundo que a rodeia.

Ultrapassada que está a visão antiga e limitada da biblioteca como o espaço privilegiado de estudantes e investigadores, é altura de encontrar

formas de cooperação que lhe permitam sair de si e atrair para o livro e para o totalmente novo conceito de vida que ele significa.

Atender às necessidades das escolas, sobretudo do ensino básico e infantários, que normalmente não possuem livros ou albergam bibliotecas acanhadas e desmoralizantes é essencial mas nunca, como se tende a fazer, na perspectiva de transformar a Biblioteca Pública numa extensão da Escola e de modernos conceitos pedagógicos que esta não tem meios de realizar. A visita à biblioteca, a sua utilização devem ter como objectivo a atracção para uma fruição individual e lúdica da leitura e de outros meios ao dispor (CD's, cassetes video, às vezes jogos), liberta do peso que a aprendizagem obrigatória lhe confere inevitavelmente — a educação tem sempre um aspecto repressivo, a biblioteca é livre.

Relativamente aos adultos que estão a ser alfabetizados ou a concluir a escolaridade mínima, a biblioteca deve fazer um esforço de acolhimento, mostrando o diversificado tipo de informação que tem, valorizando a sua utilidade e, ao mesmo tempo, divulgando o que da produção literária contemporânea, nomeadamente local, mais está relacionado com a sua vida e histórias pessoais, oferecendo uma outra visão da literatura, normalmente muito negativamente marcada nos sectores mais desfavorecidos da população.

Fazer circular caixas-biblioteca, não só pelas escolas, mas pelos centros de dia, lares de idosos, hospitais, prisões, associações é uma outra forma de difundir a ideia da leitura como um meio de melhorar a qualidade de vida, estimulando a invenção, no espaço privado de cada um, de um lugar destinado a ler e a escrever, bem como a troca de impressões sobre as leituras feitas a partir das novidades que elas sempre trazem.

Encontros com escritores e poetas, embora abertos ao público em geral, poderão ser orientados para públicos específicos, numa receita quase infalível que aproxima o criador do leitor ou potencial leitor, desvendando-lhe na sua vulgar condição humana que o acesso à cultura lhe é possível.

Se a promoção do empréstimo inter-bibliotecas, aliada à informatização dos catálogos e serviços e às possibilidades de comunicação electrónica que ela abre são passos em frente cujos efeitos breve sentiremos, a cooperação ao nível da difusão e da animação, permitindo a troca de experiências, a rentabilização de esforços e a imposição da necessidade das bibliotecas junto dos poderes de que dependem é um esforço que deve ser desenvolvido em cada região.

A tentação da facilidade e do êxito fútil são das maiores armadilhas em que podemos cair. Não é difícil para bibliotecas com tantas potencialidades e tão inovadoras no nosso país como as que estão integradas na Rede

Nacional de Leitura Pública serem frequentadas diariamente por centenas de utilizadores, supondo assim um sucesso que está longe de corresponder às ambições com que foram criadas. É simples programar actividades de animação com custos baixos, utilizando receitas testadas e aconselhadas em todos os manuais.

Basta que não existam — como é o nosso caso — bibliotecas escolares, basta que, como acontece em tantos Concelhos do interior, a biblioteca seja o único centro cultural com actividades dirigidas à comunidade, nomeadamente à comunidade escolar.

Mas atenção: ao enchermos as salas de estudantes não estamos a criar leitores, mas a satisfazer necessidades conjunturais, a muito curto prazo, de informação. E quando organizamos sessões de leitura ou projectamos filmes, é bom que nos lembremos que os documentos fáceis que temos na biblioteca, se podem ser livremente utilizados a título individual, não são aqueles cuja divulgação e conhecimento devemos promover, quando o nosso objectivo é desenvolver o gosto pela leitura que torna os indivíduos capazes de interagir na sociedade e os enriquece interiormente, mostrando assim o profundo respeito que temos por eles, adultos ou, mais ainda, crianças. A tarefa do bibliotecário é facilitar o difícil, difundir a qualidade mostrando que ela não é sinónimo de aborrecido, austero, distante, mas que está ao alcance de cada um de nós.

Este conceito de proximidade é, aliás, fundamental para chegar aos leitores, sobretudo àqueles que são presa mais fácil dos meios de comunicação de massas, da estandardização e da alienação produzidas por aquilo que mais frequente e audivelmente lhes entra pela casa dentro, como a televisão.

A biblioteca deve adaptar-se aos modos de vida das populações, ir lá onde as pessoas se encontram, instalar-se nos cafés, nos parques infantis, nas estações dos comboios, nos consultórios médicos. Deve estar consciente do valor do património local e aberta ao seu enriquecimento e assim ajudar à renovação e à transformação das comunidades e das suas tradições literárias.

A literatura é um dos objectos possíveis do desejo e o mergulho no livro literário um sinónimo da capacidade de libertação de cada um e da sua ousadia perante a vida<sup>7</sup>.

Neste tempo tecnocrático, dominado pela utilidade, que a utilidade da literatura seja finalmente descoberta como um bem que é de todos e a todos serve e que a Biblioteca não esqueça que tornar acessível a informação implica tornar também acessíveis os instrumentos para a processar, entender e criticar.

## Notas

<sup>1</sup> UNESCO, «Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas». *Cadernos BAD*, 12 (1) Jan.-Mar. 1976, p. 78-79.

<sup>2</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>3</sup> Jean GATTEGNO, «UNESCO Public Library Manifesto» in *IFLA SEMINAR. Revision of the UNESCO Public Library Manifesto'72: report*, Guimarães: IFLA, 1993, p. 119-125: «It is therefore more necessary than ever, if only to avoid the errors of the recent past, to make clear that public library collections must be pluralist, that one-way information is contrary to freedom and that States which do not guarantee such freedom care nothing about democracy's faith in universal education as a continuing and life-long process» (p. 122).

<sup>4</sup> A propósito de auto-conhecimento e de conhecimento do mundo, aconselho vivamente a leitura do texto *A Biblioteca Pública: um espelho da sociedade*, de P. J. Th. SCHOOTS, apresentado no 4.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e publicado em tradução portuguesa (de Maria Helena Laranjeiro) na revista *Forum*, Braga, 11, Jan. 1992, p. 93-102.

<sup>5</sup> Maria Elena ZAPATA, «The role of Public Libraries in literacy education» in *IFLA SEMINAR. Revision of the UNESCO Public Library Manifesto'72: report*, Guimarães: IFLA, 1993, p. 70-81.

<sup>6</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>7</sup> Sobre a sedução e o prazer da leitura, nada melhor do que Roland BARTHES, *O Prazer do Texto*. Lisboa: Ed. 70, 1988.